

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

S B C P R E V

(Criado pela Lei Municipal nº 6.145, de 06 de Setembro de 2011)

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO FISCAL

Ata CF nº 31 – Análise do(s) Balancete(s) e demonstrativo(s) de abril de 2023 e processos de concessão de benefícios de maio/2023

Aos 14 dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às 9 horas, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Fiscal (Portaria Nº 9.990, de 11 de novembro de 2021 - Biênio 2021-2025). A reunião ocorreu de forma virtual e participaram do encontro o(s) Conselheiro(s) Titular(es): Marcelo Cardoso Bonicinha, Denise Perassolli e Euclides Valdoski Ramos e o(s) Conselheiro(s) Suplente(s): Marco Aurélio Silveira. Teve como objetivo analisar os dados financeiros/contábeis, verificar os processos de concessão de benefícios e abordar outros assuntos deliberados e registrados na sequência.

Análise financeira e contábil: realizada a análise da movimentação financeira do mês de abril de 2023. Checado(s) o(s) balancete(s) e demonstrativos financeiros do período analisado cujo(s) parecer(s) nº PCF006/2023 apresenta(m) resumo dos dados analisados. Verificados, de forma analítica, os ingressos de receita das Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores – COMPREV, os recolhimentos das contribuições patronais e da reserva técnica atuarial dos entes participantes e os ingressos de valores referentes aos pagamentos dos parcelamentos do Município e as demais receitas em bloco. Checadas, também, as transferências financeiras, por ente participante, para cobertura do déficit bem como as despesas pagas referentes as aposentadorias/pensões, pessoal, precatórios e demais despesas em bloco. Recebemos e analisamos na íntegra os relatórios de investimentos relativos ao mês de abril/2023, publicados no Portal de Transparência, os quais estão enquadrados na Política de Investimentos do SBCPREV 2023 e em conformidade com a Resol. CMN 4.963, de 25/11/2021, todos aprovados em Ata do Comitê de Investimentos;

Análise dos processos de concessão de benefícios: A partir de janeiro/23, a forma operacional que os conselheiros analisam os processos de concessão de benefícios, passou a ser realizada por meio de consulta ao rol de processos de concessão de benefícios, publicada ao final de cada mês, no site do Instituto. Os conselheiros selecionam, livremente, quantos e quais processos desejam analisar e verificam os processos digitais por consulta ao Sistema Prodigí. O rol dos processos de concessão de maio/2023 foi publicado no site do Instituto e foram feitas, por amostragem, as análises dos seguintes processos: Aposentadorias: PR 1821/2019, 151/2023, PR 024/2020, PR 817/2022, PR 249/2021, 4695/2018 e 4693/2018. Pensões: PR 307/2023, 287/2023, PR 209/2023, PR 275/2023, PR 273/2023 e PR 302/2023, todos se mostraram devidamente regulares quanto a formalidade da documentação anexa;

Certidões de regularidade dos órgãos externos: Constatou-se a regularidade do SBCPrev junto a Secretaria de Previdência – SPREV, no sistema cadprev, demonstrada por meio do Relatório do Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR) referente competência abril/23, emitido em 01/06/23, o último Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), periodicidade bimestral, emitido em

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

S B C P R E V

(Criado pela Lei Municipal nº 6.145, de 06 de Setembro de 2011)

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO FISCAL

Ata CF nº 31 – Análise do(s) Balancete(s) e demonstrativo(s) de abril de 2023 e processos de concessão de benefícios de maio/2023

31/05/2023, competências mar-abr/2023 e o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), válido até 12/07/2023, emitido pelo mesmo órgão, todos publicados no site do Instituto e no mês em referência foi consultada ainda a CND – emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional válida até 13/08/2023, positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;

Qualificação de gestores e conselheiros: O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social foi instituído pela Portaria MPS nº185/2015, alterada pela Portarias MF nº 577/2017e MTP nº 3.803 de 22/11/2022. Determina obrigatória a certificação dos conselheiros administrativos, fiscais e do comitê de investimentos em empresas credenciadas pela Secretaria de Previdência.

“Requisitos dos dirigentes e membros dos conselhos deliberativo, fiscal e comitê de investimentos dos RPPS

Art. 76. Deverá ser comprovado o atendimento, pelos dirigentes da unidade gestora do RPPS, aos seguintes requisitos previstos no art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, para sua nomeação ou permanência, sem prejuízo de outras condições estabelecidas na legislação do regime:

II - possuir certificação, por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função;”

Na ata registrada no mês de julho/22, o Conselho Fiscal, por meio do seu Presidente, formalizou solicitação de orientação/esclarecimentos quanto a promoção da qualificação pelo SBCPrev aos conselheiros, para que todos obtenham a certificação dentro do prazo previsto pela legislação. No dia 08/11/22 houve retorno sobre o assunto, encaminhado pelo Diretor Administrativo do SBCPrev, sobre a elaboração de licitação para contratação de empresa para ministrar cursos de qualificação. O prazo para certificação, alterado a última vez com a publicação da MTP nº 383, foi fixado para ocorrer até 31.07.2024.

“Art. 247. Para a emissão do CRP, o ente federativo deverá comprovar à SPREV o cumprimento dos seguintes critérios e exigências, relativos ao RPPS de seus servidores: II - o requisito previsto no inciso II do caput do art. 76, para os dirigentes da unidade gestora e membros titulares dos conselhos deliberativo e fiscal, em 31 de julho de cada exercício, independentemente da data da nomeação no respectivo cargo ou função, a iniciar-se em 2024;”

Até a realização desta reunião não há notícia sobre cronograma definido para a qualificação dos conselheiros;

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

S B C P R E V

(Criado pela Lei Municipal nº 6.145, de 06 de Setembro de 2011)

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSELHO FISCAL

Ata CF nº 31 – Análise do(s) Balancete(s) e demonstrativo(s) de abril de 2023 e processos de concessão de benefícios de maio/2023

Suporte tecnológico para atividades do Conselho: Para otimização do tempo dos conselheiros, sempre que na pauta não haja algum item em discussão/análise o qual necessite da presença física dos conselheiros, as reuniões têm ocorrido de forma virtual em plataformas/aplicativos de uso gratuito com recursos que permitam o compartilhamento da visualização de apresentações, planilhas, documentos necessários as análises da pauta do dia. Para possível discussão sobre a melhoria contínua do exercício das atribuições inerentes aos Conselhos, foi encaminhada mensagem eletrônica a Direção Administrativa do Instituto, solicitando esclarecimentos sobre se há em vista a contratação de alguma assinatura deste tipo serviço por parte do SBCPrev, sem retorno até a presente data;

Certidão positiva com efeito de negativa: O Conselheiro Marco Aurélio Silveira mencionou que a CND do Instituto vem sendo emitida positiva com efeito de negativa por conta de débito junto a Fazenda Federal, contestado judicialmente, referente a contribuição ao PASEP. O Instituto foi notificado em 2020 e em 24/12/2020 firmou parcelamento do débito no montante de R\$ 22.289.121,68 em 60 parcelas, no entanto há grande controvérsia sobre a matéria, de origem da legitimidade da cobrança de PASEP sobre a “receita” dos RPPS e o assunto permanece pendente, sem decisão final pela procuradoria da Receita Federal. Conforme acompanhamento do Conselho, não foi efetuado nenhum pagamento em 2023, referente ao parcelamento, e ficou acertado com o Presidente, Sr. Marcelo Cardoso Bonicenha, o envio de pedido de esclarecimento do andamento do assunto ao SBCPrev.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo Presidente às 10horas e 15 minutos. A reunião foi secretariada por mim, Denise Perassolli, que redigi a presente ata, a qual foi assinada pelos conselheiros presentes.

MARCELO CARDOSO BONICENHA

Presidente

DENISE PERASSOLLI

Titular
Secretária

EUCLIDES VALDOSKI RAMOS

Titular

MARCO AURÉLIO SILVEIRA

Suplente